



SEGURANÇA PÚBLICA

Supremo de olho na gestão Cláudio Castro

Moraes manda governador preservar perícias e documentos da megaoperação que deixou 121 mortos e vai ao Rio para audiência

» ALÍCIA BERNARDES

Diante da operação policial mais letal já registrada no Rio de Janeiro, que deixou 121 mortos, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestaram, ontem, sobre o tema e reforçaram a atuação da Corte no controle das ações de segurança pública. O ministro Alexandre de Moraes determinou a preservação da documentação integral de todas as provas relacionadas à megaoperação, enquanto o decano Gilmar Mendes defendeu que o enfrentamento ao crime organizado deve ser conduzido com planejamento, inteligência e cooperação entre os entes federativos.

A decisão de Moraes atende a um pedido da Defensoria Pública da União (DPU) e garante que a Defensoria Pública do Estado do Rio tenha acesso às perícias e às cadeias de custódia das evidências, permitindo a elaboração de contraprovas. O magistrado ressaltou que a medida segue o entendimento do Plenário do STF no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, a chamada ADPF das Favelas, que fixou diretrizes para reduzir a letalidade policial e assegurar a independência técnica das investigações sobre mortes em operações.

Na mesma decisão, o ministro indeferiu pedidos de participação de entidades como amicus curiae e vetou a presença de organizações civis na audiência de hoje, quando o governador Cláudio Castro (PL) e os chefes das forças de segurança prestarão esclarecimentos. Moraes também marcou para esta quarta-feira, às 10h, uma audiência conjunta com entidades de direitos humanos, entre elas o Conselho Nacional de Direitos Humanos, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio, bem como Conectas, Redes da Maré, Educafro, Justiça Global, ISER e Movimento Negro Unificado. Os representantes deverão ser indicados até amanhã.

A DPU havia solicitado que as perícias fossem acompanhadas por técnicos e especialistas para garantir a lisura das provas e evitar

LUÍZ SILVEIRA/STF



Gilmar Mendes defendeu decisão do STF sobre ADPF das Favelas, e Moraes marcou para quarta-feira audiência com entidades de direitos humanos

alterações ou desaparecimento de materiais. Moraes é relator temporário da ADPF 635 desde a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso, antigo responsável pelo caso. A ação foi ajuizada em 2019 pelo PSB para contestar a violência policial nas comunidades fluminenses e criar mecanismos de transparência. Em abril deste ano, o STF homologou parcialmente um plano do governo estadual para retomar territórios controlados por facções e reduzir a letalidade policial.

Esforço nacional

Em meio à repercussão da operação, o ministro Gilmar Mendes também se pronunciou, nas redes sociais, afirmando que “a violência e o poder das facções revelam que

o desafio da segurança pública vai muito além das fronteiras estaduais”. Segundo ele, o combate ao crime organizado deve ser feito com “planejamento, inteligência policial e união entre as forças do Estado”, criticando ações isoladas que “mantêm o problema vivo e adiam soluções reais”.

Gilmar destacou que, ao julgar a ADPF das Favelas, o Supremo determinou não apenas medidas voltadas ao Rio de Janeiro, mas também um esforço nacional para seguir o rastro financeiro das facções criminosas. A Corte ordenou que a Polícia Federal investigue transações financeiras do crime, rastreie recursos ilícitos e desmonte as engrenagens econômicas das organizações em uma estratégia de “follow the money”.

O ministro lembrou, ainda, que o STF reforçou o papel de órgãos

como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a Receita Federal e as secretarias estaduais de Fazenda, que possuem instrumentos capazes de bloquear o fluxo de capital das facções. Para Gilmar Mendes, o enfraquecimento do crime organizado passa pela “asfixia financeira” das organizações, com integração entre forças de segurança e órgãos de inteligência.

“Ações armadas em comunidades são, em alguns casos, inevitáveis, mas não resolvem o problema. É preciso retomar o território ocupado e cortar o dinheiro que alimenta as facções”, afirmou o magistrado. Segundo ele, o desafio da segurança pública é nacional e requer coordenação entre União, estados e municípios.



Ações armadas em comunidades são, em alguns casos, inevitáveis, mas não resolvem o problema. É preciso retomar o território ocupado e cortar o dinheiro que alimenta as facções”

Gilmar Mendes,
ministro do STF

52% se sentem menos seguros

» ALINE GOUVEIA

Pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem mostra que mesmo aprovada pela maioria (64%), a Operação Contenção deflagrada nos Complexos do Alemão e da Penha contra o Comando Vermelho (CV) não conseguiu passar uma maior sensação de segurança aos moradores do Rio de Janeiro: 52% se sentem menos seguros, enquanto 35% se sentem mais protegidos.

Junto com a sensação de insegurança vem o temor de que haja uma reação das facções criminosas: 74% dos moradores do estado têm esse medo.

O levantamento também aponta que 50% dos moradores do Rio defendem que a Polícia Militar deve abordar um criminoso para tentar prender sem atirar, enquanto 45% defendem que a PM já chegue atirando. Além disso, 87% afirmaram que a cidade do Rio de Janeiro vive uma situação de guerra.

Para 62% dos moradores do estado, a PM do Rio não tem capacidade de combater o crime organizado sozinha, enquanto 36% defendem que sim. “O carioca acredita que vive uma guerra, mas não tem certeza que sua PM pode defendê-lo apropriadamente”, destacou Felipe Nunes, diretor da Quaest.

Aplaudido de pé

Apesar da sensação de medo entre a população, a aprovação do governador Cláudio Castro (PL) melhorou. Em agosto, ele era aprovado por 43% dos moradores do estado; depois da megaoperação, passou a ser bem avaliado por 53%.

“A melhora na aprovação do governador aconteceu porque a maioria dos cariocas acredita que a operação foi autorizada para combater o crime organizado (54%), não como uma ação para ganhar popularidade. Se fosse em período eleitoral, as percepções poderiam ser diferentes”, citou Nunes.

Castro foi recebido com aplausos de pé durante uma missa de Finados, ontem, na Paróquia Santa Rosa de Lima, na Barra da Tijuca, Zona Oeste da capital fluminense. O gesto de apoio aconteceu cinco dias após a Operação Contenção, que resultou em 121 mortes nos complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte do Rio. A ação foi considerada a mais letal da história do estado.

A pesquisa Quaest revelou, ainda, que 53% dos moradores do Rio de Janeiro acreditam que o governo federal não tem ajudado os estados no combate às organizações criminosas, e para 24% tem ajudado pouco. Além disso, segundo o levantamento, a população do Rio não avalia bem o trabalho do governo Lula na segurança pública: 18% acreditam ser positivo e 60%, negativo.

A Quaest ouviu 1,5 mil pessoas no estado do Rio de Janeiro entre os dias 30 e 31 de outubro. O nível de confiabilidade da pesquisa é de 95% e a margem de erro é de 3 pontos percentuais. A pesquisa foi encomendada pela Genial Investimentos.

Após recontagem, fuzis chegam a 93

A Polícia Civil do Rio de Janeiro atualizou o número de armas apreendidas durante a megaoperação realizada nos complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte da capital fluminense. Após nova contagem, o total chegou a 120 armamentos, sendo 93 fuzis. O material, avaliado em cerca de R\$ 12,8 milhões, foi localizado em ações contra o Comando Vermelho (CV), que resultaram na morte de ao menos 121 pessoas, entre elas, quatro policiais.

De acordo com a Coordenadoria de Fiscalização de Armas e Explosivos (CFAE), o arsenal apreendido inclui fuzis, pistolas, metralhadoras, explosivos, munições e equipamentos militares. O levantamento pericial aponta que parte das armas tem origem em países como Venezuela, Argentina, Bélgica, Rússia e Brasil, além de haver indícios de desvios de lotes pertencentes às Forças Armadas.

A Polícia Civil informou que a recontagem acrescentou dois fuzis que haviam sido apresentados em delegacias diferentes, elevando

o total para 93. O delegado Vinícius Domingos, da CFAE, afirmou que algumas armas trazem inscrições de grupos criminosos de outros estados, como a chamada “Tropa do Lampião”, formada por integrantes do Nordeste ligados ao CV. “As gravações nos armamentos indicam a expansão da facção para outras regiões do país”, explicou.

O governador Cláudio Castro (PL) comemorou o resultado da operação, classificando-o como “um golpe duro contra o narcotráfico”. “Cada fuzil retirado de circulação representa uma vida salva. Vamos continuar enfrentando quem lucra com o medo e com a morte. O Estado está presente, atuando com rigor e estratégia para enfraquecer o poder do crime organizado”, declarou.

Recorde

A apreensão é considerada recorde. Desde 2015, o Rio de Janeiro não havia registrado, em um único mês, a retirada de mais de 95 fuzis de circulação, número superado agora em apenas um dia.

Mauro Pimentel/AFIP



Armas apreendidas na Operação Contenção valem R\$ 12,8 milhões

O governo estadual destacou que grande parte das armas de alto calibre encontradas com o CV era

montada em fábricas clandestinas ou composta por peças contrabandeadas, muitas adquiridas

legalmente pela internet antes de serem adaptadas.

O material recolhido passará por perícia detalhada para rastreamento da origem. Parte das armas poderá ser incorporada ao arsenal das forças de segurança, enquanto o restante será encaminhado para destruição.

A Polícia Civil também compartilhará informações com o Exército Brasileiro para identificar a rota de desvio dos armamentos e reforçar mecanismos de controle sobre o comércio ilegal de armas no país.

A megaoperação, considerada a mais letal da história recente do estado, teve como alvo líderes do Comando Vermelho que atuam nos complexos da Penha e do Alemão. O episódio reacendeu o debate sobre a política de segurança pública no Rio e levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a convocar, para a próxima quarta-feira, uma audiência com entidades de direitos humanos e autoridades do estado para discutir os impactos da ação e as medidas de preservação de provas. (AB)